

Ciências Sociais e mercado editorial

A coleção “Grandes Cientistas Sociais” no contexto da expansão do ensino superior no Brasil após a Reforma de 1968.

Daniel Rodrigues Aurélio*

Resumo

Este artigo tem como objetivo delinear o tema, as hipóteses e o quadro teórico central de minha dissertação de mestrado intitulada “Bibliografia Básica: a coleção ‘Grandes Cientistas Sociais’ e a relação entre o mercado editorial e a expansão do ensino superior brasileiro nos anos 1970 e 1980”. A proposta inclui examinar a dinâmica de seleção das obras organizadas por acadêmicos no papel de editores e mediadores, e tentar relacioná-las com a expansão do ensino superior no país, no plano de graduação e pós-graduação, processo decorrente da Reforma de 1968, com o intuito, ainda, de aferir os seus efeitos paradoxais: os impactos da “modernização conservadora” na educação e a contribuição da coleção da Ática para a formação de diferentes gerações de cientistas sociais.

Palavras-chave: Mercado Editorial; Ciências Sociais; Educação; Sociologia no Brasil.

Abstract

This article aims to outline the theme, the hypotheses and the theoretical core of my dissertation, entitled “Basic Bibliography: the collection ‘Grandes Cientistas Sociais’ and the relationship between the publishing industry and the expansion of higher education in Brazil in 1970 and 1980”. The proposal includes examining how was the selection dynamics of the works organized by academic professionals that acted both as editors and mediators, and after that, try to relate these works to the expansion of the higher education in the country, at undergraduate and postgraduate levels, due to the process of the Reformation of 1968, yet in order to gauge their paradoxical effects: the impact of “conservative modernization” in education and the contribution of the collection of Editora Ática, one of the major publishing companies in Brazil, to the formation of different generations of social scientists.

Keywords: Publishing market; Social Sciences; Education; Sociology in Brazil.

* Graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP (2005), especialista em Globalização e Cultura (2007) e Sociopsicologia (2012) pela EPG/FESPSP e mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Bolsista da Capes. E-mail: danielraurelio@gmail.com

Em entrevista publicada no livro *Conversas com sociólogos brasileiros* (2006), José de Souza Martins, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, fez a seguinte observação:

(...) Quando propus ao professor Florestan Fernandes que incluísse um volume sobre [Robert] Nisbet na sua coleção de clássicos da Editora Ática [*Grandes Cientistas Sociais*], fui procurado por Octavio Ianni. Insistiu ele comigo para que eu desistisse de propor esse autor, um desconhecido, explicou-me, um sociólogo “menor”. De fato, a antologia de Nisbet acabou não sendo incorporada ao programa editorial coordenado por Florestan Fernandes. Curiosamente, muitos anos depois, a última conferência de Ianni, no auditório da USP, foi uma vibrante e erudita conferência sobre a Sociologia como forma de arte, um tema caracteristicamente nisbetiano (2006, p. 150).

Esta fala de Souza Martins sugere uma disputa com Octavio Ianni (1926-2004) para determinar quais seriam os autores *clássicos* e, portanto, aptos a merecer um volume na coleção de livros “Grandes Cientistas Sociais”¹, coordenada por Florestan Fernandes (1920-1995). Lançada entre o final da década de 1970 e meados dos anos de 1980 pela Editora Ática, gigante do segmento educacional, fundada em São Paulo no ano de 1965, a referida coleção é o objeto de exame deste artigo e também da dissertação de mestrado “Bibliografia Básica: a coleção Grandes Cientistas Sociais e a relação entre o mercado editorial e a expansão do ensino superior brasileiro nos anos 1970 e 1980”. Com um total de 60 títulos, 58 deles publicados entre

¹ A partir de agora denominada pela sigla GCS.

1978 e 1986², tais obras são ainda hoje utilizadas nos cursos de graduação e pós-graduação. Supõe-se, pela versão de José de Souza Martins, que as autoridades acadêmicas conduziam uma tensa seleção de nomes e linhas temáticas “adequadas” a compor aquela série de livros.

O embate entre os dois acadêmicos estava inserido em um contexto de expansão do ensino superior no Brasil, potencializado após a Reforma Universitária de 1968 (Souza, 2008). Entre as décadas de 1970 e 1980, várias instituições privadas despontaram no país, ao passo que as universidades públicas foram alvo de reorganização administrativa e pedagógica para atender a presumíveis interesses de mercado, em um movimento de modernização conservadora³ levada a efeito pelo regime civil-militar⁴. De acordo com o sociólogo Carlos Benedito Martins (2009, p.16-17): “A reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro”. Por um lado, “impulsionou posteriormente um vigoroso programa de iniciação científica”; por outro, prossegue o autor, “abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o *antigo padrão brasileiro de escola superior*, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho

² Os títulos sobre Ratzel (Geografia) e Bukharin (Economia) foram lançados em 1990.

³ O termo “modernização conservadora”, desenvolvido por Barrington Moore em *As origens sociais da ditadura e da democracia*, tinha originalmente a finalidade de explicar o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e no Japão (Domingues, 2002; Pires e Ramos, 2009). No entanto, pode-se dizer que pensamento análogo ao de Moore, aplicado à situação brasileira, está presente na obra de intérpretes da nossa formação política e econômica, ainda que não recorram ao conceito.

⁴ Adoto a expressão regime ou ditadura “civil-militar” por concordar com a argumentação de historiadores como Beatriz Kushnir (2004), segundo os quais mesmo com a prevalência das Forças Armadas no comando do país, havia uma rede de apoio na sociedade civil e no aparato burocrático e administrativo do Estado que serviu como sustentáculo para a manutenção do poder instituído desde a preparação para o golpe de 1964 até a ação negociada que propiciou a abertura política entre 1978 e 1985.

marcadamente profissionalizante”. Em tom consonante, o educador Luiz Antonio Cunha resgata as críticas de Anísio Teixeira (1900-1971) e Florestan à Reforma Universitária de 1968 e descreve na conclusão de seu livro *A universidade reformanda* que “a modernização do ensino superior brasileiro” estava afinada ao “figurino norte-americano” e tinha o propósito de “colocar a universidade a serviço” da demanda do “capital monopolista organizado nas formas estatal e privada (...)” (2007, p. 287).

Paralelamente ao aumento no número de instituições, e por conseqüência, na oferta de cursos e vagas, com foco na formação de profissionais especializados para o mercado de trabalho, percebe-se a ascensão e consolidação de um segmento do mercado editorial voltado para o conhecimento, seja com o lançamento de séries introdutórias – entre as quais a famosa coleção “Primeiros Passos” (Brasiliense) – seja com compilações de textos de autores *clássicos*, tais como “Os pensadores” (Abril Cultural) e aquela aqui mais detidamente analisada, a GCS (Ática). Pelas razões do recorte proposto, cito livros direcionados para os cursos das Ciências Humanas e Sociais, mas coleções destinadas às outras áreas (exatas, biológicas, tecnológicas) também surgiram nas livrarias.

Autor de *O que é sociologia*, da “Primeiros Passos” (1982), Benedito Martins é convincente ao ressaltar os desdobramentos “paradoxais” da Reforma de 1968. Ao mesmo tempo em que as coleções surgiam como estímulos ao pensamento crítico de docentes e estudantes, elas tornaram-se viáveis, entre outros fatores, por conta de uma reforma educacional que, ao provocar uma expansão no ensino superior, demandava livros capazes de compor a *bibliografia básica* dos ementários. Embora a maioria das instituições privadas tenha dispensado o ensino das Ciências

Sociais (isto é, a graduação composta por Antropologia, Sociologia e Política), em favor de graduações e pós-graduações consideradas de maior retorno financeiro, a GCS aparecia com frequência na grade curricular dos cursos de economia, administração, pedagogia, psicologia, geografia, serviço social, história, direito e letras. Os professores necessitavam de suporte teórico para as aulas e encontravam nos volumes da GCS textos organizados, avalizados e mediados por acadêmicos prestigiados da época.

Conforme Souza Martins, a derradeira conferência de Ianni na USP sobre um tema “caracteristicamente nisbetiano” seria prova de reconhecimento de um professor e *sociólogo-editor* influente a um tipo de sociologia praticada por um nome antes “renegado”. A sociologia nisbetiana, aparentemente, estava distante dos padrões teóricos, temáticos e metodológicos da ciência social encampada por Florestan e Ianni, difundida às gerações subsequentes. Padrões, aliás, nos quais o próprio Souza Martins se formou e estabeleceu carreira como pesquisador, professor, autor e organizador de livros. Nesse sentido, coleções como a GCS, além de cumprirem seu papel no sistema educacional, serviam de estopim para confrontos teóricos e políticos entre os integrantes da linha de frente das ciências sociais do Brasil, e particularmente de São Paulo.

Em seu artigo de 2007 “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)”, Luiz Carlos Jackson apresenta detalhes acerca da luta intestina na USP entre a “sociologia científica” de Florestan Fernandes e a “cultura humanística” de Antonio Candido, esta muito próxima do ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. De acordo com o sociólogo, “entre os alunos de Bastide, estavam Florestan Fernandes e Antonio Candido. Os dois encarnam pontos de vista quase opostos, expressos em textos decisivos das décadas de 1940, 1950 e 1960”.

(2007, p.35). Jackson realizou minuciosa análise de prefácios de livros e resenhas publicadas em revistas e jornais do período, demonstrando o quanto o campo editorial tende a ser tanto um espaço de legitimação como uma arena de conflitos. Um rápido confronto na lista de presenças (e ausências) da coleção da Ática chancelada pelo autor de *A revolução burguesa no Brasil* revela essa prática. Os volumes classificados na capa como “Política”, por exemplo, desnudam a concepção de Florestan sobre o *fazer política*. Nela, cânones da filosofia política e politólogos de carreira perdem terreno para líderes de esquerda, cuja produção textual é orientada para a ação revolucionária: Fidel Castro, Mao Tsé-Tung e mesmo Ho Chi Minh foram contemplados com um volume.

Como é possível observar na tabela apresentada ao final deste artigo, a GCS apresentava desde *clássicos* da teoria social (Comte, Marx, Weber, Durkheim, Radcliffe-Brown, Malinowski, Simmel) até pensadores engajados da América Latina (Simón Bolívar, Domingo Sarmiento, José Carlos Mariátegui), cujas coletâneas foram lançadas em um momento no qual Brasil, Argentina, Chile e Paraguai, entre outros países da região, viviam sob o jugo de ditaduras de direita. Portanto, os dois aspectos mais ressaltados na trajetória de Florestan – o cientista social rigoroso e o militante político de esquerda – se entrecruzavam no processo de seleção dos títulos.

Embora tenham mantido vínculos afetivos e de admiração recíproca, a eleição de Florestan Fernandes para coordenador da GCS, coleção da qual Antonio Candido sequer tomou parte⁵, é uma síntese do tipo de ciência social “vencedora”, a despeito da sistemática perseguição da ditadura a Florestan, aposentado compulsoriamente da USP em 1969.

⁵ Na ocasião, Antonio Candido já havia realizado a sua transição para a teoria literária, campo no qual estabeleceu uma posição hierárquica e moral idêntica à de Florestan nas Ciências Sociais.

Os duelos encampados pelo grupo capitaneado pelo autor de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959) não se restringiram às contendas paulistas, mas reverberavam críticas ao que julgavam ideologização excessiva dos isebianos⁶ e, principalmente, ao pensamento de Gilberto Freyre, proscrito do sistema universitário paulista entre as décadas de 1960 e 1980, por causa de sua orientação política conservadora e, claro, do vezo literário, quase proustiano, de seus escritos. Petardos contra Freyre foram disparados por um discípulo de Florestan, o historiador Carlos Guilherme Mota. Em sua tese de 1975, editada dois anos depois pela Ática, Mota afirma que “o Senhor Gilberto de Mello e Freyre” propagava a “visão senhorial de mundo” de “um estamento dominante, embora em crise”. (1994, p. 54-55).

A sugestão de uma disputa entre grupos e tendências, apesar de não ser exatamente o núcleo da pesquisa, está em concordância com abordagens recentes. Como exemplo, podem-se mencionar as “versões conflitivas” da “condição de sociólogo” no âmbito uspiano nas décadas de 1950 e 1960, pesquisadas por Carolina Pulici (2008). De acordo com a socióloga, que trabalha na chave das ideias e métodos formulados por Pierre Bourdieu, “o reconhecimento das orientações hegemônicas não nos isenta, contudo, da tarefa de confrontá-las com as correntes dominadas, segundo o princípio de que todo projeto intelectual afirma-se especialmente naquilo que recusa” (2008, p. 27). Não há como negar, portanto, que o projeto editorial patrocinado pela editora Ática também foi plasmado por um debate intelectual e político entre as correntes “hegemônicas” e “renegadas”.

A coleção GCS apresenta, a meu ver, um mote válido para

⁶ Em *Conversas com sociólogos brasileiros*, Gabriel Cohn admite os exageros e relembra uma “bela lição de *fair play*” oferecida por Florestan Fernandes, durante a arguição de sua dissertação de mestrado. “Você construiu um boneco de palha para socar”, advertiu Florestan a respeito da forma como Cohn havia se referido a Hélio Jaguaribe. Ao contrário do mestre, os discípulos, muitas vezes, excediam-se nas palavras (2006, p.117).

resgatar, historiar e pensar a difusão das ciências sociais durante a ditadura civil-militar. Em tempo: a iniciativa da Ática não era isolada. A Zahar possuía o selo “Biblioteca de Ciências Sociais”, pelo qual foram lançados Charles Wright Mills (*A imaginação sociológica*), Karl Mannheim (*Ideologia e utopia*) e Samuel Koenig (*Elementos de sociologia*); e editoras como a Civilização Brasileira, Difel, Companhia Editora Nacional, Hucitec e Brasiliense também mantinham livros de ciências sociais em seus respectivos catálogos.

Os campos editorial e acadêmico

Em março de 1997, o grupo Sciences en Questions, do Institut National de La Recherche Agronomique – Paris (INRA) organizou um ciclo de conferências e debates com a participação de Pierre Bourdieu, professor do Collège de France e então um dos mais renomados intelectuais do mundo. A conferência, com a apresentação elaborada por Patrick Champagne, foi publicada no Brasil com o título *Os usos sociais da ciência – para uma sociologia clínica do campo científico*. Diante de uma plateia formada majoritariamente por pesquisadores da agronomia, e sensibilizado com “a esperança de desencadear um processo de *autoanálise coletiva*” (2003, p.17), Bourdieu procurou ser didático ao explicar a ideia de campo, com ênfase no campo científico:

(...) Uma ideia extremamente simples, cuja função negativa é evidente. Digo que para entender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e contexto (...) Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados,

entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o *campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que o produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (2004, p. 20).

Com enfoque nas áreas de “produção cultural”, Bourdieu informava que sua “hipótese” procurava se distanciar tanto do “fetichismo do texto automatizado” quanto da simples correlação entre “texto e contexto” (2004, p. 19). Um determinado campo (científico, literário, acadêmico, intelectual) seria, para o autor francês, um “espaço relativamente autônomo”, um “microcosmo dotado de suas leis próprias” (2004, p.20). Dentro desse, em suas palavras, “universo intermediário”, mobilizam-se agentes que “produzem, reproduzem e difundem” em um espaço de estratégias de reconhecimento e legitimação. Ainda para Bourdieu;

É preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc. que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo (2004, P.21-22).

O autor abordou o conceito de campo em vários trabalhos, quer de maneira ampla, quer em textos específicos a respeito dos

campos intelectual, literário, científico e editorial⁷, dentre os quais “O campo intelectual: um mundo à parte”, entrevista publicada em *Coisas ditas* (1990) e o livro *Homo academicus* (2011).

A intenção da minha pesquisa é precisamente localizar, mapear e compreender a atuação dos agentes do campo acadêmico em sua articulação com o sistema universitário e o mercado editorial, circunscritos em determinado período histórico – décadas de 1970 e 1980. O sociólogo/editor, ou cientista social/editor, personificado na figura de Florestan Fernandes, maneja estratégias em diversas frentes: na afirmação das ciências sociais dentro do campo intelectual, por vezes infenso à sua validade; no uso da cadeia de produção e circulação de livros como instrumento de consolidação do saber; nos confrontos internos para se determinar o que é e quem é legitimado; e na criação de espaços no ensino superior, hostil à postura crítica de alguns cientistas sociais⁸.

No referente ao campo editorial, é preciso entender em que sentido a GCS serviu como um fator de distinção para a Ática, pois a editora buscava destacar-se em um mercado competitivo. Outro ponto diz respeito à definição dos temas e autores próprios das ciências sociais. Sem restringir-se às diretrizes curriculares que habitualmente determinam antropologia, sociologia e ciência política como as áreas de delimitação das ciências sociais, a coleção abria o leque para a psicologia, a história, a geografia e a economia, em um sentido abrangente do termo.

O uso do capital cultural (mediante a convocação de

⁷ A respeito do campo editorial, Bourdieu publicou no periódico *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, o artigo “Une révolution conservatrice dans l’édition”.

⁸ Sobre essa aversão às ciências sociais, Bourdieu localizou um paradoxo e o descreveu no texto “A sondagem: uma ‘ciência’ sem cientista”, publicado em *Coisas ditas*: “é notável que as mesmas pessoas que olham com suspeita as ciências sociais, e entre elas a sociologia, acolham com entusiasmo as pesquisas de opinião, que frequentemente são uma forma rudimentar de sociologia” (1990, p.221).

especialistas⁹) para auferir capital econômico (retorno financeiro propiciado pela inclusão dos volumes nas ementas) era uma ambição dos diretores da Ática, cujo “projeto editorial”, segundo Silvia Borelli, “foi bem sucedido comercialmente por desenvolver um esquema produtivo que responde, oportunamente, aos sinais enviados pela realidade do mercado em transformação” (1996, p.104). Tal posicionamento se reflete na escolha de profissionais capazes de atender a esse objetivo. Além da coordenação de Florestan, a Ática contratou o premiado artista gráfico Elias “Elifas” Andreato, responsável pelas capas dos discos de Martinho da Vila e Elis Regina, para produzir a identidade visual da GCS.

Sociólogos-editores: paralelos entre Bourdieu e Florestan

“Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez”, escreveu Bourdieu em *Esboço de autoanálise* (2010, p.40). Não pude deixar de verificar, ao longo de minhas leituras, paralelos de natureza biográfica entre o principal teórico utilizado em minha pesquisa (Bourdieu) e o coordenador da GCS (Florestan). A começar pelo fato de ambos terem utilizado habilmente os canais editoriais para difundir suas ideias e reforçar posições dentro do campo¹⁰. Sociólogos-editores por excelência, Florestan e Bourdieu engajaram-se em suas frentes de batalha pela afirmação: (1) das ciências sociais dentro do campo intelectual; e (2) deles próprios enquanto cientistas e intelectuais legitimados pelo campo, uma vez que os

⁹ Na década de 1930, a Companhia Editora Nacional se valeu desse expediente ao ter, entre os organizadores da “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, os educadores Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira, signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

¹⁰ Um dos principais nomes do catálogo da Le Éditions de Minut, editora fundada por Jean Buller e Pierre le Lescure em 1941, Bourdieu desenvolveu para a editora o selo *Le sens commun*, destinado à divulgação de jovens pesquisadores e cientistas sociais então pouco conhecidos na França.

dois nasceram em berço humilde, fator de angústia, ambivalência e insegurança demonstradas frequentemente em seus depoimentos proferidos na maturidade, depois de consagrados como figuras destacadas no sistema universitário da França e do Brasil. “[Florestan] realizou outra obra não menos admirável: a construção de si mesmo”. A frase de Antonio Candido, dita em homenagem póstuma ao amigo, reproduzida na coletânea *Lembrando Florestan Fernandes* (1996, p. 63), serviria, por que não, para também definir a trajetória de Bourdieu, ressalvados os diferentes mecanismos de acesso de jovens das classes menos favorecidas ao sistema educacional brasileiro e francês.

Para pensar essas similaridades, tomo como base o livro *Esboço de autoanálise*, de Bourdieu, e *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes* (2003), de autoria da socióloga Sylvia Gemignani Garcia e que analisa, tomando por base os depoimentos deixados por Florestan, seus “anos de formação”. Percebe-se nos dois cientistas sociais um anseio, nem sempre bem-sucedido, de evitar a narrativa heroica e glorificante; Bourdieu e Florestan fiavam-se no discurso sociológico para “explicar” suas respectivas biografias. A epígrafe de *Esboço de autoanálise* é sintomática: “Isto não é uma autobiografia”, ao passo que Florestan aborda seu processo de formação, a partir das “duras lições da vida”, em livros com os não menos sintomáticos títulos: *A sociologia no Brasil* (1977) e *A condição de sociólogo* (1978). Como observa Garcia, os depoimentos sobre a “formação humana” de Florestan “imprimem um tom por vezes constrangedor, facilmente perceptível aos leitores bem educados, mas não reconhecido pelo próprio autor.” (2003, p.19).¹¹

¹¹ Devo admitir o quão contraproducente é se aferrar apenas às narrativas sobre si produzidas pelos autores, e buscar outras formas de confirmar tal hipótese. Porém, igualmente, não se pode desprezar a memória, a narrativa seletiva, que diz muito sobre o que pensam e, inclusive, sobre aquilo que ocultam.

Em “A ilusão biográfica”, Bourdieu escreve que “não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado”. (2005, p.190). A trajetória de Bourdieu e Florestan passa, assim, pela relação conturbada das ciências sociais, mormente da sociologia, com o campo intelectual, quase sempre dominado pela filosofia, pelas artes e pela literatura. Filósofo por formação, antropólogo e sociólogo por ofício, Bourdieu sentiu na pele o “descrédito estrutural de que a sociologia goza no mundo intelectual” (2010, p.50). Essa condição “subalterna” das ciências sociais na visão dos eruditos de seu tempo é assim resumida pelo sociólogo de Denguin:

Ciência plebeia e vulgarmente materialista das coisas populares, a sociologia é comumente percebida, em especial nos países de antiga cultura, como vinculada a análises grosseiras de dimensões mais vulgares, comuns, coletivas, da existência humana (2010,p. 51).

Florestan teve de lidar com enfrentamento semelhante no contexto brasileiro, paulista e, claro, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Na apresentação do livro de Pulici, Brasília Sallum Jr. demonstra quais seriam essas “versões conflitivas”, simbolizadas nas cadeiras I e II de Sociologia da USP, cuja polarização sugere ter um enraizamento em “segmentos distintos da sociedade em mutação” fundada na dicotomia entre “saber desinteressado contra engajado, valorização da literatura, da filosofia e do ensino *versus* afirmação da sociologia como disciplina autônoma, supervalorização do talento contra disciplina no trabalho.” (2008, p.17). Em um ensaio sobre Florestan Fernandes e sobre o sociólogo argentino Gino Germani

(1911-1979), Sergio Miceli mostra como a origem social de Florestan, compensada pelo “treinamento incutido no ambiente universitário”, transformou-o na figura ideal para conduzir o projeto de rígida ciência, sujeitada à “bainha acadêmica” (2012, p.166).

Pierre Bourdieu e Florestan Florestan, porém, viviam em estágios diferentes de institucionalização das ciências sociais. A sociologia na França estava minimamente organizada, desde o final do século XIX, com Durkheim, e a subsequente escola sociológica francesa influenciava para além de suas fronteiras. De todo modo, se o confronto entre o saber erudito e o conhecimento sociológico não havia cessado na academia francesa conhecida por Bourdieu, ao menos havia trincheiras, ou seja, espaços delimitados e relativamente autônomos de atuação. Por sua vez, Florestan despontou e ascendeu na carreira, em um momento de intensa disputa interna, quando as autoridades das ciências sociais, a rigor institucionalizadas nos anos 1930, procuravam ainda determinar para que “lado” seguiria a “condição de sociólogo”.

Em que pese essa diferença de maturação do campo das ciências sociais, as estratégias acionadas por ambos os autores em suas lutas foram semelhantes.. De acordo com Garcia, o intuito de Florestan era o de “dominar a cultura dominante pela razão, não se entregando a ela, mas dominando-a a partir de outra posição” (2003, p.28). Para tanto, Florestan, assim como Bourdieu, valeu-se de uma radicalização do discurso científico, no qual o texto sóbrio e “complicado” não se rendia aos artifícios retóricos e literários¹². E eles não hesitaram em criticar figuras

¹² Escreve Miceli que “diversamente de seus contemporâneos de *Clima*, os quais manejavam com engenho e arte a prosa literária, Florestan adotou um linguajar científico especializado, árido e reflexivo, um estilo empedrado, quase um dialeto cifrado a serviço de uma identidade disciplinar” (2012,p. 165).

“dominantes”, como fez Bourdieu com Sartre, e Florestan, com os chamados “intérpretes do Brasil”.

Ora, se Pierre Bourdieu se tornou um dos maiores sociólogos do pós-Segunda Guerra, e atingiu o topo da hierarquia acadêmica na França ao assumir uma cadeira no Collège de France; se Florestan Fernandes foi entronizado como o renomado sociólogo brasileiro (razão pela qual a GCS teve sua supervisão), parece-me sinal contundente de que Bourdieu, filho de um modesto funcionário dos correios, e Florestan, paulistano de origem pobre (porém beneficiado pelo paternalismo de membros da elite cultural e econômica¹³), emergiram “vencedores”. Embora não seja prudente localizar, a qualquer preço, traços biográficos na teoria, método e estilo desenvolvidos pelos dois expoentes das ciências sociais, não posso ignorar tal vereda para um esforço de compreensão da temática, dos agentes e da linha teórica adotada.

Considerações Finais

Desde a *A sociologia no Brasil*, de Antonio Candido, verbete da edição de 1959 da Enciclopédia Delta Larousse, posteriormente ampliado e publicado na revista *Tempo Social* (2006), não faltaram artigos, ensaios, dissertações, teses, livros e compilações sobre a história das ciências sociais no Brasil – e um dos desdobramentos possíveis tem sido o das investigações sobre as publicações especializadas. Gláucia Villas Bôas (2007) fez um levantamento no acervo da Biblioteca Nacional dos livros de “ciências sociais” lançados entre 1945 e 1966, cujo resultado foi *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional – 1945/1966*.

¹³ Ver capítulo “A ruptura da condição subalterna”, de *Destino Ímpar*, de Sylvia Garcia. A autora enfatiza o “grupo de amigos e protetores das classes sociais privilegiadas” (2003, p. 60-61).

Segundo Villas Bôas, “o registro escrito é, sem dúvida, um elo indispensável entre a produção e a recepção das ideias (...) a publicação completa uma etapa do saber” (2007, p. 31).

Eliana Freitas Dutra (2006), por sua vez, publicou, na coletânea *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida pública*, o artigo “A nação dos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliiana*”, com ênfase na relação entre a “Brasiliiana”, carro-chefe da Biblioteca Pedagógica Brasileira, e a construção da identidade nacional. O trabalho de Dutra é uma consistente fonte de referência por se tratar de um estudo focado em uma *coleção de livros*.

Já Luiz Carlos Jackson conduziu pesquisa sobre periódicos de ciências sociais, resultando no artigo “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)” (2004). Esses “primórdios” da institucionalização das ciências sociais no Brasil e, sobretudo, em São Paulo (entre as décadas de 1930 e 1970) têm sido objeto de análises e pesquisas.

No entanto, em uma consulta preliminar realizada no banco de teses e publicações de universidades, na Plataforma Lattes e na rede Scielo, não localizei dissertações, teses ou artigos significativos sobre a coleção GCS, projeto emblemático do casamento entre educação e mercado editorial. Uma lacuna que pretendo ajudar a preencher, pois, além dos argumentos expostos, a coleção também teve a função de apresentar a alunos e professores, muitas vezes em primeira tradução editada no Brasil, capítulos de livros considerados fundamentais para a formação do cientista social. Não por acaso, Florestan Fernandes, personagem essencial para entender a história das ciências sociais no Brasil, ocupou nela o lugar estratégico de coordenador editorial.

Coleção Grandes Cientistas Sociais – Todos os títulos

Volume	Título/Autor	Organizador	Lançamento	Área
01	Émile Durkheim	José Albertino Rodrigues	1978	Sociologia
02	Lucien Febvre	Carlos Guilherme Mota	1978	História
03	Alfred Radcliffe-Brown	Julio Cezar Melatti	1978	Antropologia
04	Wolfgang Köhler	Arno Engelmann	1978	Psicologia
05	Vladimir Lenin	Florestan Fernandes	1978	Política
06	John Maynard Keynes	Tamás Szmrecsányi	1978	Economia
07	Auguste Comte	Evaristo de Moraes Filho	1978	Sociologia
08	Leopold Von Ranke	Sérgio Buarque de Holanda	1979	História
09	Francisco Varnhagen	Nilo Odália	1979	História
10	Karl Marx	Octavio Ianni	1979	Sociologia
11	Marcel Mauss	Roberto Cardoso de Oliveira	1979	Antropologia
12	Ivan Pavlov	Isaias Pessotti	1979	Psicologia
13	Max Weber	Gabriel Cohn	1979	Sociologia
14	Galvano Della Volpe	Wilcon Joia Pereira	1980	Sociologia
15	Jürgen Habermas	Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet	1980	Sociologia
16	Michal Kalecki	Jorge Miglioli	1980	Economia
17	Friedrich Engels	José Paulo Netto	1981	Política
18	Oskar Lange	Lenina Pomeranz	1981	Economia
19	Che Guevara	Emir Sader	1981	Política

20	Georg Lukács	José Paulo Netto	1981	Sociologia
21	Maurice Godelier	Edgard de Assis Carvalho	1981	Antropologia
22	Leon Trotski	Orlando Miranda	1981	Política
23	Joaquim Nabuco	Paula Beiguelman	1982	Política
24	Thomas Malthus	Tamás Szmrecsányi	1982	Economia
25	Karl Mannheim	Marialice M. Foracchi	1982	Sociologia
26	Caio Prado Júnior	Francisco Iglesias	1982	História
27	José Carlos Mariátegui	Manoel Lelo Belloto e Anna Maria Martinez Correa	1982	Política
28	Issac Deutscher	Juarez Brandão Lopes	1982	Política
29	Josef Stálin	José Paulo Netto	1982	Política
30	Mao Tse-Tung	Emir Sader	1982	Política
31	Karl Marx	Paul Singer	1982	Economia
32	Melaine Klein	Fábio Herrmann e Amazonas Alves Lima	1982	Psicologia
33	Celso Furtado	Francisco de Oliveira	1983	Economia
34	Georg Simmel	Evaristo de Moraes Filho	1983	Sociologia
35	Domingo Faustino Sarmiento	Leon Pomer	1983	Política
36	Karl Marx e Friedrich Engels	Florestan Fernandes	1983	História
37	Roger Bastide	Maria Isaura Pereira de Queiroz	1983	Sociologia

Ciências Sociais e mercado editorial

38	Edmund Leach	Roberto DaMatta	1983	Antropologia
39	Pierre Bourdieu	Renato Ortiz	1983	Sociologia
40	Simon Bolivar	Manoel Lelo Belloto e Anna Maria Martinez Correa	1983	Política
41	Fred Keller	Rachel Kerbauy	1983	Psicologia
42	Ho Chi Minh	Marta Elena Alvarez	1984	Política
43	Vilfredo Pareto	José Albertino Rodrigues	1984	Sociologia
44	François Quesnais	Rolf Kuntz	1984	Economia
45	Euclides da Cunha	Walnice Nogueira Galvão	1984	História
46	Max. Sorre	Januário Francisco Megale	1984	Geografia
47	Nicos Poulantzas	Paulo Silveira	1984	Sociologia
48	Charles Wright Mills	Heloísa Fernandes	1985	Sociologia
49	Élisée Reclus	Manuel Correia de Andrade	1985	Geografia
50	Walter Benjamin	Flávio Kothe	1985	Sociologia
51	Sergio Buarque de Holanda	Maria Odila Leite da Silva Dias	1985	História
52	Henri Wallon	Maria J. Garcia Werebe	1986	Psicologia
53	Dieter Prokop	Ciro Marcondes Filho	1986	Sociologia
54	Theodor Adorno	Gabriel Cohn	1986	Sociologia
55	Bronislaw Malinowski	Eunice Durham	1986	Antropologia
56	Pierre Joseph-Proudhon	Paulo Edgard Resende e Edson Passeti	1986	Política

57	Fidel Castro	Emir Sader	1986	Política
58	Florestan Fernandes	Octavio Ianni	1986	Sociologia
59	Friedrich Ratzel	Antonio Carlos Robert de Moraes	1990	Geografia
60	Nicolai Bukharin	Jacob Gorender	1990	Economia

Bibliografia

BASTOS, Elide Rugai et. al. (2006). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo, 34.

BÔAS, Gláucia Villas (2007). *A vocação das ciências sociais no Brasil – Um estudo de sua produção no acervo da Biblioteca Nacional – 1945 a 1966*. Rio de Janeiro, FBN.

BORELLI, Silvia (1996). “Editora Ática: padrão de mercado, modelo de qualidade?” In: *Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil*. São Paulo, Educ/Fapesp.

BOURDIEU, Pierre (1990). *Coisas ditas*. Trad.: Cássia R. da Silveira e Denise Monteiro Pegorim. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* Trad.: Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras.

_____ (2003). *Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad.: Denise Barbara Catani. São Paulo, Unesp/Inra.

_____ (2010). *Esboço de Autoanálise*. Trad.: Sergio Miceli. São Paulo, Companhia das Letras.

_____ (2011). *Homo academicus*. Trad.: Ione Ribeiro Valle e Nilton Vale. Florianópolis, UFSC.

_____ (2005). “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

CANDIDO, Antonio (1996). “Nota final” in: *Lembrando Florestan Fernandes*. São Paulo, Edição Particular.

_____. (2006). “A sociologia no Brasil” in: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. Vol. 18, n.1 pp. 271-301.

CUNHA, Luiz Antônio (2007). *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo, Unesp.

DOMINGUES, José Maurício (2002). “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”. In: *Dados*, vol. 45, n.3, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300005> (Acesso em: 10/10/2012).

DUTRA, Eliana de Freitas (2006). “A nação dos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira” in: *Política, nação, edição: o lugar dos impressos na construção da vida pública*. DUTRA, Eliana de Freitas & MOLIER, Jean-Yves (orgs). São Paulo, Annablume.

GARCIA, Sylvia Gemignani (2003). *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, 34.

JACKSON, Luiz Carlos (2004). “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)” In: *Tempo social – Revista de Sociologia da USP*. Vol. 16. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100013&lang=pt> (Acesso em: 10/10/2012)

_____ (2007). “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)”. *RBCS*, 22 (65), 33-48, outubro 2007.

KUSHNIR, Karina (2004). *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo.

MARTINS, Carlos Benedito (2009). “A Reforma Universitária de 1968 e a abertura do ensino superior privado no Brasil”. In:

Educação & Sociedade (Educ. Soc.), vol.30. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>> (Acesso em: 08/10/2012).

MICELI, Sérgio. (2012). “Os inventores da sociologia científica sul-americana: Florestan Fernandes e Gino Germani” in: *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo, Companhia das Letras.

MOTA, Carlos Guilherme (1994). *Ideologia da cultura brasileira 1933-1974 (pontos de partida para uma revisão histórica)*. 9ª ed. São Paulo, Ática.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro (2009). “O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil”. Disponível em < http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140> (Acesso em: 08/10/2012).

PULICI, Carolina (2008). *Entre sociólogos. Versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950 e 1960*. São Paulo, Edusp/Fapesp.

SOUZA, Paulo Roberto Carvalho de (2008). “A Reforma Universitária Brasileira de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias” In: *Caderno de História da Educação*, n.7, pp.117-134. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1886/1571>> Acesso em: 14/1/2013.